

## ZUENIR VENTURA

### Do risco ao sucesso

Assim se passaram muitos anos de sucesso, mas a primeira Festa Literária Internacional de Paraty, em 2003, foi uma aventura de risco. Penso nisso quando estou de volta à cidade pela sexta vez, agora para mediar a mesa “Em nome do pai”, com Marcelo Rubens Paiva e Ivo Herzog. Como escrevi na época, o evento tinha tudo para dar errado, a começar pelo momento, três meses depois da Bienal do Rio, que atraía 560 mil visitantes e vendera 1,6 milhão de exemplares de livros. O mercado e as pessoas deviam estar saturados. Outra

desvantagem era a localização, uma cidade distante do Rio e de São Paulo, com uma infraestrutura hoteleira precária e ruas calçadas com pedras que pareciam feitas para torcer tornozelos, como aliás conseguiram diversas vezes. Um gaiato chegou a sugerir a construção de um corrimão no centro histórico.

Poucos acreditavam na iniciativa, além da editora inglesa Liz Calder, mentora intelectual do projeto, que desde 1995, ao descobrir Paraty, sonhava em reproduzir aqui o festival de Hay-on-Wye, uma cidadezinha de cinco mil habitantes no País de Gales. Quem logo comprou a ideia foi o editor da Companhia das Letras, Luiz Schwarcz, que precisou vencer resistências de colegas, que achavam que o empreendimento era uma tentativa paulista de esvaziar a Bienal do Rio. O mal-entendido durou algum tempo.

Segundo o jornalista Flávio Pinheiro, diretor de programação das duas primeiras edições, Liz e

Luiz ajudaram a trazer um time respeitável de escritores e pensadores. Mas dinheiro, não. Uma semana antes do anúncio, os patrocinadores — um fabricante de televisores e uma estatal — retiraram o apoio, alegando dificuldades econômicas de última hora. “Fui bilheteiro, carreguei caixas e apresentei os autores brasileiros a um grupo importante de editores estrangeiros que vieram”, contaria mais tarde Schwarcz.

A primeira Flip reuniu um elenco respeitável, a começar por Millôr Fernandes, o homenageado de agora. Entre muitos outros, estiveram

**Primeira Flip tinha tudo para dar errado, a começar pelo momento, três meses depois da Bienal do Rio, que atraía 560 mil visitantes e vendera 1,6 milhão de exemplares**

presentes Veríssimo, Ferreira Gullar, Milton Hatoum, Caetano Veloso, Marçal Aquino. Um espetáculo com Chico, Gil e Adriana Calcanhotto homenageou o autor escolhido, Vinícius de Moraes. A grande atração internacional foi o historiador inglês Eric Hobsbawm, que, aos 86 anos, usando paletó e sandálias, era seguido por uma legião de fãs pelas ruas de Paraty. O assédio foi tanto que, diante de uma fila interminável para autógrafos, desabafou bem-humorado: “Luiz, cansei dessa vida de Mick Jagger”.

Dizia-se que como a Festa de 2003 não haveria outra. Na verdade, houve e até maiores. A de agora está apenas mais enxuta em recursos por causa da Copa do Mundo. Empresas que poderiam tê-la patrocinado preferiram dirigir os investimentos de marketing para a seleção. Devem estar arrependidas. O contrário teria valido muito mais a pena. ●

LUIZ FERNANDO JANOT

### Em busca da vitalidade urbana

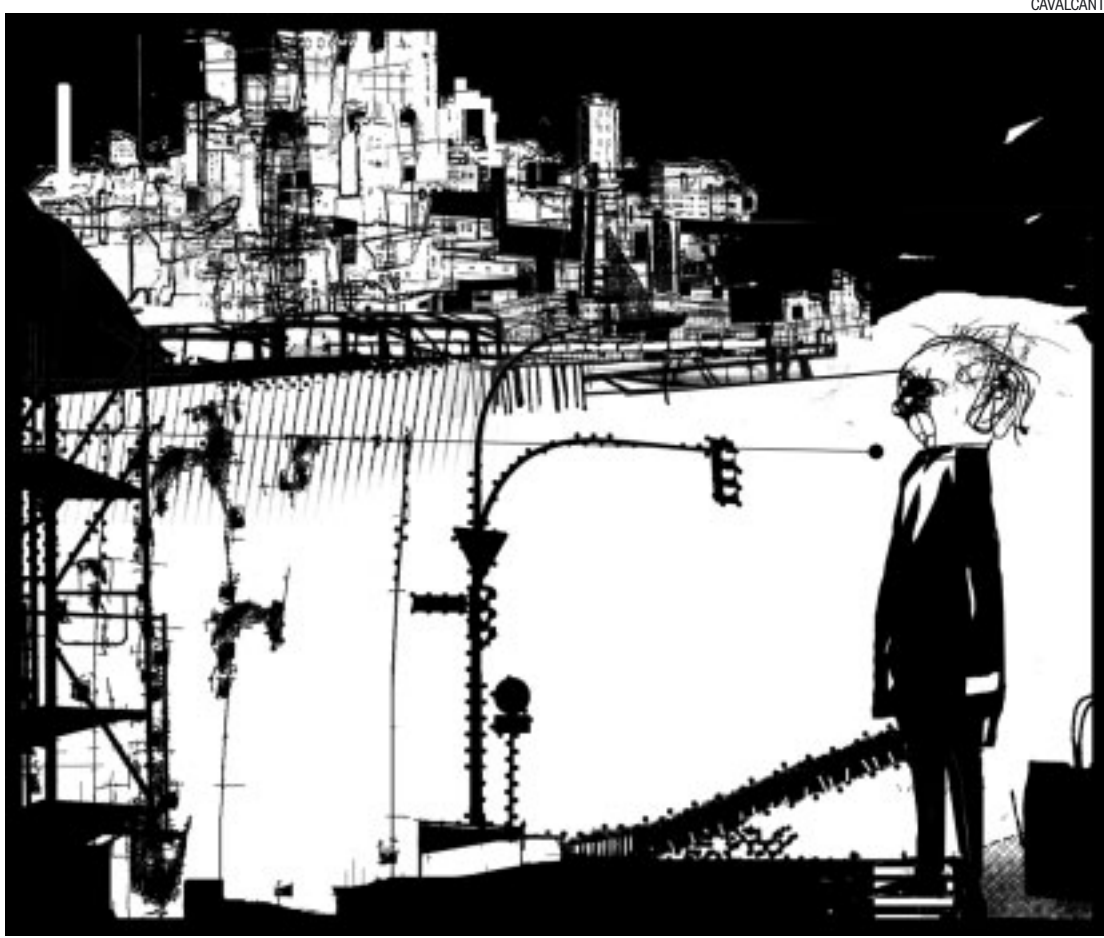
Deixando de lado a triste derrota da seleção não há como negar que a Copa do Mundo tenha alcançado um sucesso extraordinário. O caos que vinha sendo imaginado acabou não acontecendo. Mal ou bem, os aeroportos, os transportes coletivos e a segurança pública deram conta do recado satisfatoriamente.

Mas isso é passado. O objetivo agora é avaliar os erros e acertos com vistas às Olimpíadas de 2016. Nesse aspecto, há que se considerar que, ao contrário da Copa, esse megaevento será realizado exclusivamente no Rio e durante 20 dias. Nesse período deverão circular pela cidade cerca de 12.500 atletas além dos árbitros, dos dirigentes, das centenas de profissionais da imprensa e da imensa massa de turistas que se espalhará pelas ruas da cidade em busca de diversão. Desta vez, não se poderá recorrer aos feriados extraordinários e todo esse movimento deverá ocorrer simultaneamente com o dia a dia da população.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que a maioria das instalações olímpicas se encontra na Barra da Tijuca e que também haverá competições em outros bairros — Deodoro, Engenho de Dentro, Maracanã, Glória, Lagoa, Copacabana e Centro —, o que amplia bastante a complexidade do planejamento dos sistemas de transporte para atender à grande demanda nesse período. Os esforços para suprir essas necessidades têm provocado grandes transtornos para a população. Polêmicas à parte, o sacrifício será recompensado quando os sistemas integrados de transporte coletivo — BRT, ônibus, trem e metrô — estiverem operando regularmente.

Do ponto de vista da qualidade dos espaços urbanos, espera-se que as áreas vizinhas aos trajetos do BRT recebam o tratamento adequado para assegurar a renovação urbana dos respectivos bairros. Espera-se, também, que os aspectos econômicos não prevaleçam sobre os demais condicionantes urbanísticos. O modelo de conceder a empresas privadas a tarefa de planejar a renovação de grandes áreas urbanas não passa de uma forma de o poder público abrir mão do seu dever de decidir sobre o futuro da cidade. Essa postura acaba impedindo a participação efetiva da prefeitura no desenvolvimento dos projetos.

No caso da reurbanização da região portuária, a viabilidade econômica do empreendimento foi priorizada através da emissão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) associada à construção de grandes torres



**Espera-se que as áreas vizinhas aos trajetos do BRT recebam o tratamento adequado para assegurar a renovação dos respectivos bairros**

empresariais. Do ponto de vista comercial e urbanístico, essa opção está fadada ao insucesso diante do modesto índice de desenvolvimento econômico mundial divulgado recentemente. Essa realidade indica que não haverá demanda suficiente para absorver, no curto prazo, a oferta exagerada de unidades comerciais. A não ser que essa ocupação seja feita através do esvaziamento induzido dos prédios existentes no Centro da cidade, o que seria lamentável.

A forma de corrigir esse planejamento equivocado levou a prefeitura a conceder, recentemente, uma série de benesses pecuniárias aos incorporadores imobiliários, visando a atraí-los para a construção de empreendimentos habita-

cionais na região portuária, como tentativa para reverter o fracasso do modelo adotado. Entre os benefícios oferecidos encontram-se o perdão das dívidas do IPTU e da Taxa de Lixo, a dispensa de pagamento do ISS e do ITBI nas transações imobiliárias e a isenção de impostos durante todo o período de realização das obras. Em suma, mais uma vez, o Erário público está a subsidiar empreendimentos particulares mal planejados.

Na verdade, nada disso seria necessário se o projeto urbanístico fosse concebido incorporando uma variedade diversificada de usos e um número expressivo de edifícios residenciais. A vitalidade urbana daquela região só será alcançada se existirem pessoas residindo no local e assegurando o movimento permanente a qualquer hora do dia e da noite. Espera-se que essa solução alternativa possa corrigir os rumos planejados. ●

Luiz Fernando Janot é arquiteto e urbanista [lfjanot@superig.com.br](mailto:lfjanot@superig.com.br)

### Turfe não é clube, e sim indústria

SERGIO BARCELLOS

No Brasil, 16 mil pessoas no campo e nas cidades — em um país que clama pela criação de empregos — vivem do funcionamento do turfe. Este número supera o de algumas montadoras de veículos e os empregos diretos gerados pela Zona Franca de Manaus. E todo este conjunto depende da existência de haras no interior e da evolução do volume de apostas nos Jockey Clubs. Aliás, o único jogo permitido pela lei, além das loterias estatais.

Mas não é só emprego o que o turfe dá. No Rio de Janeiro, o Jockey mantém às suas expensas, desde 1950, uma escola pública municipal que atende hoje a mais de 400 crianças, principalmente do entorno mais pobre do hipódromo. Além da escola de profissionais — em tempo integral — onde são formados jóqueis e rededores.

Enquanto se olhar com desdém para uma atividade econômica cuja característica é ser mão de obra intensiva — na França são 77 mil empregos diretos — ou se imaginar que apostas em corridas de cavalo constituem algo maligno em um país onde hoje se aposta em tudo, de bicho a futebol e pôquer, de forma clandestina; enquanto o turfe for satanizado pela maioria dos veículos de informação; ou formos desinforma-

dos a este nível para não perceber que as corridas constituem um polo de expansão econômica, então, não há saída: vamos acabar com milhares de empregos. Dezesseis mil, para começar. Ou mais se considerarmos as atividades correlatas. Um desastre bíblico.

**Dezesseis mil vivem da atividade, mas sua existência é ameaçada por relacionamento equivocado com poder público, que tende a vê-la como concorrente de suas loterias**

Mas isso não é o pior. O pior é perceber que a existência do turfe está permanentemente ameaçada por um relacionamento equivocado com o poder público, que tende a vê-lo como concorrente de suas loterias. Não é assim que funciona em nações desenvolvidas, onde as duas atividades convivem e se complementam de forma harmônica.

Ou, talvez, parte do equívoco advenha do fato de os Jockey Clubs acreditarem ser possível dialogar com o governo — e entre si — sem estarem reunidos sob um único ente nacional que os represente a todos e aos seus legítimos interesses. Na dúvida, façam o exercício: perguntem a um

banqueiro o que ele acha de extinguir a Febraban, ou a um industrial de extinguir Fiesp e Firjan, ou a um trabalhador de acabar com seu sindicato. E aguardem a resposta.

Ou, talvez, a essência da culpa seja a falta do dever de cuidado dos Jockey Clubs, que, desviados de seu objeto social, insistem em gerenciar o turfe como parte de suas estruturas socio-creativas. Neste início de século, o turfe afluente do Hemisfério Norte é uma poderosa indústria, entendida e gerenciada como tal. Clube era em 1926, quando da inauguração do Jockey do Rio. Agora é indústria do turfe. O único nome pelo qual ela é reconhecida.

A continuar assim, sem representatividade à altura de sua importância econômica, gerido como clube, premido pela concorrência das loterias e tendo que disputar o mercado informal de apostas com os jogos de azar praticados no país — todos eles carentes de regulamentação —, chegará o dia em que o turfe brasileiro desaparecerá.

E, com ele, milhares de empregos no campo e na cidade, a formação dos profissionais da atividade e a criação do cavalo de corrida nacional. O rumo é de colisão. E há pouco tempo para mudá-lo. ●

Sergio Barcellos é vice-presidente do Jockey Club Brasileiro

### Você sabe como é feito?

ZUNARA CARVALHO

Flagrantes de trabalho escravo na cadeia produtiva da indústria infelizmente não são novidade. Eles ocorrem quase sempre em situações nas quais etapas da produção são terceirizadas pelas marcas. As violações incluem crianças, trabalhos forçados, horas extras excessivas e condições de trabalho precárias.

No início dos anos 90, após escândalos de ampla repercussão, as empresas, predominantemente de calçados e vestuário, investiram pesado para assegurar um padrão mínimo de conformidade com os direitos humanos, a saúde e a segurança no trabalho.

Os programas de responsabilidade social assumiram, de modo geral, um formato consistente: novas estruturas de governança para estabelecer políticas; procedimentos e padrões mínimos aos fornecedores e profissionais das áreas de compras; agências de certificação foram encarregadas de realizar auditorias para avaliar a conformidade e elaborar planos de ações corretivas. Seria então de se esperar que houvesse cada vez menos evidências de violações flagrantes dos direitos humanos. Mas não é o que de fato acontece.

Fica cada vez mais clara a necessidade de se olhar para as relações profissionais por meio de projetos robustos e obter um progresso digno dos investimentos realizados e dos riscos enfrentados tanto pelas organizações quanto pelos trabalhadores.

Os programas de responsabilidade social apresentam uma perigosa ilusão de progresso, ao passo que as verdadeiras condições, chocantes até mesmo segundo os padrões do século XIX, são negligenciadas.

O problema se divide entre o formato dos atuais programas e as localidades e contextos operacionais

em que as empresas esperam que eles funcionem.

A eficácia também fica comprometida pelo preço e tempo operacional exigidos por um mercado cada vez mais agressivo. Com grande frequência, os direitos humanos são o último de três critérios mínimos a serem atendidos, depois de custo e velocidade no lançamento de produtos; e o setor chegou a tal ponto que esses critérios estão se tornando mutuamente excludentes.

O que precisa mudar? Os sistemas de compras devem ser mais rigorosos para bloquear a emissão de pedidos aos fornecedores que operam fora dos critérios exigidos. As companhias precisam usar o processo de certificação e as auditorias de forma mais estratégica e dialogar com os consumidores sobre o valor dos direitos humanos.

O preço de alguns artigos de vestuário baixou de forma tão radical nos últimos anos que, hoje, esses artigos estão mais baratos em termos nominais e em termos reais do que há décadas. Tendo em vista que os custos das matérias-primas, dos transportes, do aluguel e a remuneração no mundo desenvolvido subiram nesse período, fica claro que essas reduções de preço não são simplesmente resultado de volumes mais altos e maior eficiência.

Nenhuma organização que se orgulhe da sua tradição deve ser tolerante a violações dos direitos humanos em sua cadeia de suprimentos. ●

Zunara Carvalho é sócia da EY